



CÂMARA DOS DEPUTADOS

8. Quantos cursos de capacitação técnica em temas de mercados de capitais e inovação financeira foram realizados? Quais e quantos foram seus participantes?
9. Quando se deu e qual o resultado da pesquisa com professores e alunos participantes das capacitações sobre o impacto das ações da educação financeira?
10. Quantos estudantes (crianças, adolescentes e adultos) participaram do Programa? Quantos estudantes concluíram o programa?
11. Quem são os demais parceiros técnicos, governamentais ou não governamentais, do Programa?
12. Como se deu a divulgação para disseminação da Educação Financeira entre os profissionais e os estudantes? Quanto foram os gastos com divulgação e publicidade? Quais contratos firmados para esse fim?
13. Quais os órgãos competentes para fazer a gestão e coordenação do Programa?
14. Como se deu a execução financeira e orçamentária do Programa? Quais as dotações ou destinações de verbas específicas?
15. Quais os recursos federais utilizados por meio do Programa?
16. Houve realização de concurso - modalidade licitatória, com instituição de prêmios? Quando foram publicados os editais? Quais foram os prêmios e quem foram os ganhadores?

JUSTIFICAÇÃO

Em agosto de 2021, o Ministério da Educação (MEC) e o Presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) firmaram acordo para execução do Programa de Formação de Docente para Atuação com Educação Financeira nas Escolas Públicas, objetivando realizar diversas ações para promover a educação financeira entre crianças, adolescentes e adultos do Brasil.

O Governo Federal explicou, à época, que a instituição do Programa se justificava não somente pelo impacto da pandemia nas finanças pessoais e na educação escolar, mas também pelo baixo grau de educação financeira entre os estudantes (conforme demonstraram as avaliações do PISA de 2015 e 2018). Esclareceu ainda que “os benefícios de ter uma boa relação com o dinheiro atingem não somente o indivíduo, mas também a sociedade, como apontou a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em meados da década passada (*Improving Financial Literacy, Analysis of Issues and Policies. OECD: 2005*)”.

Diante disso, e no exercício da atividade fiscalizatória do Parlamento, o presente Requerimento de Informações busca obter maiores esclarecimentos a





CÂMARA DOS DEPUTADOS

respeito do Programa, sua execução, recursos, atividades e participação de docentes e discentes, metodologias, parcerias, desenvolvimento e resultados.

Nesse sentido, pela importância do tema e pela necessidade de acompanhamento desta Casa Legislativa sobre o letramento financeiro dos cidadãos brasileiros e da necessária formação de profissionais para contribuir com a formação de consumidores e investidores, requer-se ao Ministério da Educação as informações apresentadas no presente Requerimento.

Sala das Sessões, em de março de 2023.

Deputada ANY ORTIZ
Cidadania/RS

